

Brasília - O PFL ficará com as presidecias de oito das nove comissões da Constituinte e o PDS com a outra. O PMDB indicará os nove relatores, considerados os cargos mais importantes. Nas 24 subcomissões, o PMDB terá 13 relatores, o PFL cinco, o PDS dois, o PDT dois, o PTB um e o PT também um. O PFL e o PDS já indicaram os presidentes das comissões enquanto o PMDB ainda discute quem serão os relatores.

São os seguintes os presidentes das comissões: Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher: Mario Assad (PFL-MG); Organização do Estado: Thomaz Nonó (PFL-AL); Organização dos Poderes e Sistema de Governo: Oscar Corrêa (PFL-MG); Organização Eleitoral Partidária e Garantia das Instituições: Jarbas Passarinho (PDS-PA); Sistema Tributário e Finanças: Francisco Dornelles (PFL-RJ); Ordem Econômica: José Lins (PFL-CE); Ordem Social: Edme Tavares (PFL-PB); Família, Educação, Cultura, Esporte, Comunicação, Ciência e Tecnologia: Marcondes Gadelha (PFL-PB). É praticamente certo que o senador Afonso Arinos (PFL-RJ) irá presidir a mais importante das comissões, a de Sistematização.

Insatisfeitos com as comissões para onde foram indicados, setores moderados do PMDB concentravam suas forças na Comissão de Ordem Econômica, buscando minar o nome do senador Severo Gomes, o mais forte, até agora, para ocupar o cargo de relator. Roberto Cardoso Alves, de São Paulo, e José Ulysses, de Minas, fizeram um acordo: quem estiver mais fraco apóia o outro, contra Severo. Segundo um influente pemedebista pode surgir um *tertius*, o deputado Benedito Monteiro, do Pará.

Está descartada, diz um influente líder do PMDB, a ida do deputado Pimenta da Veiga para o cargo de relator na Sistematização, ficando a disputa restrita entre o senador Fernando Henrique Cardoso e o deputado Bernardo Cabral (AM). Cardoso tem contra si o fato de ser de São Paulo, que já detém a presidência da Constituinte, da Câmara e do PMDB, além da liderança do partido.

Na Comissão de Ciência e Tecnologia e Comunicação, o nome mais forte para o cargo de relator é o da deputada Cristina Tavares (PE). Quase definido também está o relator da Comissão de Ordem Tributária, que deve ser o deputado paulista José Serra.

Conservador domina economia

Brasília — O capítulo da Constituição que tratará da ordem econômica será redigido por parlamentares com origem nas forças conservadoras dos partidos. As correntes progressistas ficaram em minoria nessa comissão, que terá 38 empresários e latifundiários contra apenas um trabalhador rural. A composição final da comissão tem 15 parlamentares marcadamente de esquerda; sete de centro-esquerda e cinco de centro.

Enquanto o PDS nela concentrou a sua força máxima, ao incluir os ex-ministros Roberto Campos e Delfim Neto, o PMDB acabou levando para a discussão da ordem econômica parlamentares com origens conservadoras ou em primeiro mandato no Congresso. A maior estrela do PMDB é o ex-ministro Severo Gomes (SP), que deverá ser o relator da comissão. O deputado gaúcho Vicente Bogo (PMDB), que nunca participou da vida política, é o único trabalhador rural dessa comissão.

O ex-secretário de Fazenda de São Paulo, José Serra (PMDB), preferiu participar da comissão do Sistema Tributário; o mesmo aconteceu com o ex-ministro Francisco Dornelles (PFL-RJ). O líder do PT, Luís Inácio Lula da Silva (SP) também optou por outra comissão: a de Sistematização, que redigirá o anteprojeto da Constituição a ser apresentado ao plenário da Constituinte.

A grande maioria conservadora na comissão da Ordem Econômica não passou despercebida dos grupos de esquerda do PMDB. Eles têm uma explicação: "A composição da Constituinte é conservadora e, como a lista das comissões foi feita a partir das solicitações dos parlamentares, o lobby da direita foi mais forte", diz o deputado Jorge Uequed (PMDB-RS). "É natural que a direita tenha optado majoritariamente pela Ordem Econômica. Eles têm que defender o que é deles", acrescenta o deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA).

Mesmo dentro do PMDB, prevaleceram as forças conservadoras. Foram indicados pelo líder Mário Covas, entre outros, os seguintes constituintes para a Comissão de Ordem Econômica: senador Albano Franco (SE) — presidente da Confederação Nacional da Indústria; An-

tônio Carlos Franco (SE) — filho de Albano; Roberto Cardoso Alves (SP) — líder do grupo moderado do PMDB, é contra a reforma agrária; Gidel Dantas (CE) — ex-diretor do Detran de Fortaleza, pastor protestante; Gerson Marcondes (SP) — alidado às correntes conservadoras do partido, dono de imobiliária em Guarulhos; José Ulysses (MG) — dono de imobiliária; Paulo Zarzur (SP), dono de imobiliária; Jorge Viana (BA) — empresário do setor de cacau, dono de uma fábrica de óleo de dendê; Luciana Vânia (GO) — mulher do senador Traipu da Costa Júnior, com interesses no setor agrícola e banqueiro; senador Sandanha Derzi (MT) — latifundiário ligado à UDR; Renato Johnson (PR) — presidente da Telepar (Telecomunicações do Paraná), atua no setor; e Sérgio Naya (MG) — dono de imobiliária.

Os expoentes da esquerda nessa comissão estão fora dos quadros do PMDB. São os deputados Fernando Santana (PCB), Aldo Arantes (PC do B), Vladimir Palmeira e Irma Passoni (PT), Luiz Alfredo Salomão, Noel de Carvalho e Amaury Müller (PDT).

Em outras comissões, as forças progressistas estão em melhor posição, como é o caso da Ordem Social, que terá como relator o deputado Domingos Leonelli (BA) ou o senador Manueto de Lacerda (PE), ambos de esquerda. Mas na comissão temática que tratará de Comunicação, Ciência e Tecnologia estarão apenas três jornalistas, os deputados Mendes Ribeiro (PMDB-RS), que é radialista em seu estado, Cristina Tavares (PMDB-PE) e Carlos Alberto Oliveira (PDT/RJ). Os demais jornalistas-parlamentares preferiram não trabalhar nesse assunto, como é o caso de Artur da Távola (PMDB-RJ), que cuidará de Educação, Antônio Brito (PMDB-RS), que cuidará da Organização Eleitoral, e Hélio Costa (PMDB-MG), que trabalhará na Ordem Social. O PDT não mandará para a Comunicação o jornalista Roberto D'Ávila, por um motivo — o deputado Carlos Alberto de Oliveira, sentindo-se atacado no escândalo da Cehab pelo presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho, reivindicou o direito de participar da comissão para reduzir a influência dessas organizações.

Dois temas vão polarizar

Brasília — Hoje, quando as comissões temáticas da Constituinte se reúnem pela primeira vez para eleger formalmente seus presidentes e relatores, não será dado apenas o sinal de largada para a elaboração da nova Constituição do país, mas também para um embate ideológico que deverá se concentrar principalmente nas comissões de Ordem Econômica e de Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições. Nestas duas estarão em debate, nos 60 dias seguintes, o direito de propriedade, a nacionalização dos bancos e o papel das Forças Armadas.

Na subcomissão de Defesa dos Estados, da Sociedade e de sua Segurança — uma divisão da Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Insti-

tuções — o que estará em jogo é o papel que as Forças Armadas vêm desempenhando na História brasileira a partir da Proclamação da República.

Na Comissão da Ordem Econômica, o embate ideológico será travado em questões tão complexas quanto o direito de propriedade, a reforma agrária, os investimentos públicos, as empresas estatais, o uso do subsolo e o sistema bancário. Nesta arena, estarão brigando a direita e os socialistas, genericamente, e em particular os partidários da estatização e os defensores da livre iniciativa. Estatizar ou não o sistema bancário é uma questão que será obrigatoriamente levantada — existem pelo menos quatro propostas já prontas neste sentido.